TENSÕES NA CONJUGALIDADE: AS INFLUÊNCIAS DOS VALORES INDIVIDUALISTAS

Ariane Vieira Leite*

RESUMO: *Na contemporaneidade coexistem diversos modelos de conjugalidade. Esta diversificação se deve em maior parte ao processo de modernização que traz novos valores que fundamentam o laço conjugal. Dentre estes, destaca-se o individualismo, que é acompanhado de fenômenos como o utilitarismo, a universalização, a impessoalidade e o relativismo. Este valor-chave na estruturação de mundo, sobretudo das classes médias, gera muitas tensões na família e entre o casal. Entender melhor estas tensões é um dos objetivos deste estudo.*

Palavras-chave: Conjugalidade, Valores, Tensões, Individualismo, Utilitarismo, Família, Anomia, Namoro.

INTRODUÇÃO

A importância da análise dos valores na estruturação e organização da conjugalidade¹ surge no âmbito da sociologia da família no quadro de uma preocupação com a pluralidade dos modos de organização da vida privada.

É um fato incontestável na contemporaneidade a coexistência de diversos modelos de funcionamento conjugal. Torres (1998, p.7) tipifica três formas de conjugalidade: a institucional, a fusional e a associativa², baseando-se em fatores como a idade, sexo, dentre outros. Giddens (2000, p. 126), ao falar dos tipos de matrimônios, trata dos tipos simétricos e assimétricos e os relaciona ao bem - estar da relação.

A não existência de um modelo dominante de orientação conjugal, mas a convivência de vários modelos, no mesmo momento histórico, se dá devido ao processo de modernização da família que traz consigo uma pluralidade de valores que marcam as sociedades. Assim sendo, coexistem na conjugalidade valores institucionais e modernos, não podendo ser o binômio tradicional/moderno pensado como duas categorias estanques.

As mudanças estruturais ocorridas na sociedade afetaram a dinâmica interna do casal e da família. Aboim (2004, p.25) apresenta dados estatísticos que revelam o decréscimo da nupcialidade, do número de filhos por mulher e o aumento das taxas de atividade feminina e de divórcio, das recomposições familiares, dos filhos fora do casamento e da idade média dos homens e mulheres ao nascimento do primeiro filho.

Os efeitos desta modernização podem ser claramente visto nas mulheres. Segundo Durham (1982, p.19), as mudanças no mercado de trabalho e a utilização de técnicas de controle

* Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea, no Pontifício Instituto João Paulo II para Estudos sobre Matrimônio e Família, em parceria com a Universidade Católica do Salvador - UCSal. Orientadora: Christine Jacquet. E-mail: arianeleite@yahoo.com.

¹ Preferiu-se a utilização deste termo a casamento, uma vez que alguns autores afirmam que esta última expressão envolve necessariamente a perspectiva jurídica.

² Institucional (visão do casamento como instituição que importa preservar acima de tudo), Fusional (os futuros cônjuges casam porque gostam um do outro, querem estar juntos e também tornar-se adultos protagonizando o seu próprio destino) e Associativa (“associação” de dois indivíduos autônomos em deveres e direitos, com vista à promoção do bem-estar conjugal e familiar sem que este colida ou sacrifique a autonomia individual e os projetos de realização pessoal).

de natalidade por parte das mulheres, tem afetado o “modelo de família tradicional e legalmente constituída”. Isto pode ser claramente observado no fato das mulheres estarem cada vez mais exigentes na escolha dos parceiros e podendo escolher entre o tipo de relações que querem ter (esporádicas ou permanentes). Ela afirma também que, nas classes dominantes, o vínculo conjugal é que define o modelo de família.

Sabe-se que a conjugalidade organiza-se à volta de certos valores e características fundamentais que, em conjunto, constituem determinadas orientações que o casal e a família procuram seguir. Ademais, segundo o sentido que os atores sociais atribuem às suas relações conjugais e familiares, podem ser analisadas as diferenças entre os vários estilos de vida conjugal e familiar. A fim de tentar tipificar estas relações, Aboim (2004, p.12) optou por três dimensões: as finalidades (mais expressivas ou instrumentais), o laço familiar privilegiado (mais individualista, conjugalista ou familista) e a perenidade atribuída ao casamento.

Dentre os novos valores que fundamentam o laço conjugal ressalta-se o individualismo, que é acompanhado de fenômenos como o utilitarismo, a universalização, a impessoalidade e o relativismo.

O UTILITARISMO

Segundo Gouldner (1973, p.125), a mudança dos valores começa com o utilitarismo que nasce como parte da cultura quotidiana da classe média, no final da Idade Média (séc.XVIII). De acordo com este paradigma, as pessoas deveriam ser recompensadas pelo que faziam, importando pouco o que eram, e valorizadas pela sua habilidade no desempenho de uma função. Seguindo esta linha de raciocínio, e advertindo para a exaltação da individualidade que estaria por vir, este autor registra que:

“na medida em que a utilidade de um homem se converte em um critério fundamental de juízo público, cria-se um domínio íntimo protegido, no qual suas características pessoais e sua vida pessoal `não são assunto nosso´”.

Percebe-se assim que na ideologia da utilidade, reivindica-se a distância de qualquer interferência. É comum ver indivíduos considerando suas ações de consequência pública como dependentes apenas da ordem privada. Existem aí duas lógicas que merecem ser ressaltadas: a que supervaloriza o “eu” e a da clara separação entre as esferas público e privada, com a negação, sobretudo da influência do “externo” ou do social na esfera íntima.

Ao tratar de um dos princípios estruturantes do casal igualitário, o da psicogenicidade, Salem (1989, p.26) diz que ocorre uma radicalização da representação do “eu”, como uma exaltação deste, que gera a oposição entre o indivíduo e a sociedade. Ela diz que o social é identificado como imposição e constrangimento à livre manifestação do sujeito e, por isto, é reputado como nocivo. “Assim sendo, tudo aquilo que não passa pelo crivo da `escolha pessoal´ ou das `determinações internas´ merece ser rechaçado”.

O fato é que a sociabilidade está marcada por algo que ameaça a segurança pública³ e a estabilidade nos relacionamentos: a ausência de normas que orientem a conduta das pessoas, que Durkheim (1998, p.114) chamou de anomia. Para este autor, a cultura utilitária burguesa tem uma predisposição natural ou intrínseca à ausência de normas morais, sendo o cálculo de vantagens pessoais e o temor do castigo os únicos elementos reguladores.

O utilitarismo se vincula naturalmente ao individualismo e ao universalismo. Neste

3 Para aprofundamento neste tema, conferir: ADORNO, Sérgio. Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. Tempo Social, São Paulo, v.10, n.1, p.19-47, maio. 1998.

último caso, todos os “cidadãos” devem ser fundamentalmente iguais para que o valor da utilidade seja aplicável a todos os homens. Ao mesmo tempo, o utilitarismo produz a volta ao relativismo, já que, destacando as conseqüências da ação, e não da intenção, restringe a esfera da moralidade, relacionando-se assim à anomia.

Segundo Gouldner (1973, p.136), selecionar e perseguir metas passam a ser considerados assuntos privados, protegidos de críticas e debates públicos porque se considera o indivíduo o melhor juiz de seus próprios interesses e daquilo que vale a pena aspirar. Assim sendo, ele alerta para o fato de que admitir que cada um persiga suas metas por ele mesmo escolhidas, supõe que nenhuma norma comum de valores é mais importante que o direito de cada um a promover seus próprios interesses e implica, ainda, na crença da harmonia entre os diversos interesses dos homens.

Assim sendo, com a perda de uma referência única de valores, tendo cada indivíduo sua própria regra, pode-se caminhar para situações caóticas, algo parecido com que aconteceu no relato de Babel: as pessoas não conseguiam se comunicar porque não falavam a mesma língua, cada uma tinha uma própria, diferente das demais.

O processo do utilitarismo traz consigo também a despersonalização ou a impessoalidade, de forma que agora as pessoas são vistas como meros-indivíduos, para usar uma expressão de Figueiredo (1995, p.45), ou são “coisificados”. Desta forma, as pessoas são consideradas não pela sua exclusividade pessoal, e sim pela sua produção, sua utilidade. São comparadas umas as outras por sua utilidade superior ou inferior. Uma vez que a utilidade passou a ser requisito para o respeito e um valor em si, sendo as pessoas consideradas pelo que produzem, surge então uma indagação: como ficará a conjugalidade caso um dos cônjuges, por alguma eventualidade, perca seu caráter de “útil” ou sua capacidade produtiva? Será descartado como um objeto?

Neste sentido, diversos estudiosos, tais como Petrini (2005), Giddens (2002) e Bauman (2004), conduziram a noção de mercado (o cálculo das conveniências, a troca de equivalentes) como força que tende a transferir seus valores e critérios a todos os ambientes, inclusive na intimidade familiar. Na medida em que prevalecem critérios próprios do mercado, reduz-se a experiência da gratuidade e do acolhimento incondicional do outro no cotidiano. Além disto, cada cônjuge passa a medir as vantagens que pode extrair do relacionamento. Sua estabilidade será justificada até quando cada parte considerar suficientes os benefícios obtidos.

Singly (1993, p.54), ao abordar a ideologia utilitarista, diz que a relação só se mantém enquanto for prazerosa e “útil” para os cônjuges. Giddens (2000, p.27) também ratifica esta visão quando diz que o laço conjugal contemporâneo só se mantém se for capaz de proporcionar satisfações aos dois parceiros, ou seja, só dura enquanto for interessante a cada uma das partes.

O INDIVIDUALISMO E A CONJUGALIDADE

Nas classes médias

Aludiu-se ao individualismo tanto como um fenômeno historicamente engendrado e localizado, quanto um valor moral central da configuração ideológica moderna. Tal conceito refere-se a um processo de segmentação não hierárquico do todo em domínios crescentemente autônomos, promovendo um deslocamento da representação, e do valor, da totalidade para o indivíduo.

Assim sendo, o fenômeno do individualismo pode ser focado em dois planos: de um lado, o indivíduo agente empírico é erigido à categoria de sujeito moral e psicológico. Passa a ser pensado e a se pensar como um ser liberto de redes sociais mais encompassadoras e também a se auto-representar como ente singular e único. De outro, o fenômeno do individualismo diz respeito também à individualização de grupos que se destacam de instâncias sociais mais abarcantes: neste sentido a família nuclear, por denotar uma unidade desprendida de redes de

parentesco mais extensas, constituiria também uma manifestação do individualismo.

A coexistência de dois códigos, o relacional e o individualista, atravessa toda a sociedade e a proeminência de um ou outro código vai variar de acordo com as classes sociais e as temporalidades. Mas segundo Machado (2001, p.19), a idéia do “amor confluyente” de Giddens, por supor a presença de uma intensificação e generalização da idéia de autonomia e de um espaço interior e íntimo da individualidade, não parece presente na maior parte das camadas populares, correspondendo mais aos segmentos médios da sociedade, escolarizados e psicologizados.

O acelerado processo de modernização pelo qual atravessou a sociedade brasileira a partir dos anos 50, seguido da ideologia desenvolvimentista, do recrudescimento da influência norte-americana e do boom da Psicanálise, verificado nos anos 60 e 70 nos grandes centros urbanos, provocaram alterações significativas nos valores e na visão de mundo das camadas médias urbanas, atingindo, inclusive, a família. Muitos são os autores que informam⁴ terem as classes médias, como valor-chave em sua estruturação de mundo, o individualismo.

O valor imputado à “opção”, à “vida pessoal, privada e subjetiva”, ao “eu”, se afirmam com maior vigor e com maior legitimidade a partir dos anos 60 e 70. Também, os últimos 40 anos mostraram o fato do bem - estar afetivo e relacional assumiu crescentemente papel de relevo na razão de escolha, fundação, manutenção ou ruptura das relações conjugais. Observa-se então a primazia dos laços de afinidade e a tendência para a coincidência de gostos: o mesmo tipo de passeios, músicas, fantasias sexuais e projetos de vida.

Estas mudanças trouxeram, sobretudo, um acréscimo na privatização dos comportamentos, direcionando os casais para uma visão mais “privatizada” da união conjugal e, logo, menos condicionada por fatores externos (a opinião dos outros, a necessidade, o estatuto).

Nota-se a existência de um movimento tendencial da “instituição para o companheirismo”, tais como o aumento do número de divórcios ou da aceitação fácil deste, primado da afetividade e da realização pessoal, o reforço da adesão a normas de igualdade conjugal referente à divisão do trabalho doméstico ou profissional, etc.

Acerca da delimitação do termo “médias”, Salem (1985, p. 5) diz que embora não seja possível demarcar nenhuma identidade social, por coexistir múltiplos códigos culturais e ethos, é factível apontar para uma identidade em situação ou em relação a outras identidades sociais. Simmel (1971, p.41) faz uma interessante observação em termos desta classe, conjugando com o individualismo, ao dizer que um critério relevante na caracterização do universo em questão é a sua presumível afinidade com relação aos preceitos do individualismo qualitativo.

Contudo, a ideologia individualista - que tem como valores associados a ela: autenticidade, coerência, escolhas pessoais, noção de projeto, ênfase na diferenciação e na consciência do self - não se encontra igualmente disseminada no interior das camadas médias brasileiras, postulando-se, por conseguinte, a questão de ênfases culturais diferenciadas no tocante ao individualismo⁵. Assim sendo, para explicar práticas e representações, há a necessidade de articular as diferentes dimensões – classe, gênero, identidade pessoal e social⁶.

O individualismo, na sua versão da alta modernidade, produziu efeitos inequívocos nas formas familiares, nos seus princípios e nos valores conferidos à esfera familiar⁷. Desta forma, as tendências modernizantes não podem ser analisadas como se contivessem todas as idéias do “bem”. Um exemplo disto pode ser visto na afirmação de Machado (2001, p.10):

“no código individualista se responsabiliza e autonomiza os indivíduos, provoca a dessensibilização do indivíduo em relação ao seu semelhante e em

⁴ Com base em diversos autores, tais como Salem (1985), Velho (1981), Abreu Filho (1980, 1981 e 1982), Dauster (1984), Heilborn (1984), Lins de Barros (1984), Costa (1984), Almeida (1985) e Rocha, (1985).

⁵ Tal afirmação é confirmada pela literatura analisada por Salem (1985).

⁶ Autoras como Durham (1982) e Torres (1998) afirmam o mesmo em suas produções.

⁷ Segundo Machado (2001)

relação ao seu pertencimento social, diminuindo a apreensão dos seus limites e da sua situação de compartilhamento”.

Acerca deste assunto, Durkheim (1998) entendia ser individualismo uma grande ameaça à convivência social e crê-se que este raciocínio também pode ser estendido à convivência conjugal.

A constituição e a manutenção do casamento contemporâneo estão sendo muito influenciadas pelos valores do individualismo de tal forma que “os ideais contemporâneos de relação conjugal enfatizam mais a autonomia e a satisfação de cada cônjuge do que os laços de dependência entre eles” (FÉRES-CARNEIRO, 1998, p. 4).

Quando se toma os quatro modelos de famílias formulados por Roussel (1980,1991), a saber: as “famílias instituição” e as “famílias aliança”, do lado mais tradicionalista, as “famílias fusão” e as “famílias associação” ou “clube”, do lado mais modernista, temos que o último tipo simboliza o triunfo do individualismo sobre o nós conjugal.

Deseja-se ainda conjugar as práticas religiosas e valores individualistas. Neste sentido, uma pesquisa de Aboim (2004, p.9) mostrou que a progressiva diminuição da perenidade enquanto valor fundador do casamento, dado o progressivo aumento do divórcio, é menor entre as católicas praticantes. Segundo este estudo, são elas que aceitam menos o divórcio ou valorizam a perenidade matrimonial, sobretudo pelo fato de considerarem o casamento um sacramento religioso (algo querido e abençoado por Deus) e não um contrato social. “Ao contrário, o caráter não sacramental da conjugalidade induz a posições bastante permeáveis ao divórcio” (ABOIM, 2004, p. 16). Neste assunto, temos que a religião, enquanto portadora de fortes referências ou valores morais, é um importante fator a ser considerado, talvez mais significativo do que a escolaridade feminina, a classe social, a trajetória profissional, o grupo etário ou o ano de entrada na conjugalidade.

No namoro

É importante atentar-se à forma de condução dos relacionamentos afetivos anteriores à conjugalidade, como as fases do namoro, azaração, caticagem, secação, curtição, paquera ou o ficar⁸, uma vez que guardando por trás de si valores e formas de ver o outro, a si mesmo e a própria relação, é possível analisá-las sob a perspectiva do individualismo.

Compreende-se que o namoro possui regras e elementos próprios que o difere das outras formas de relacionamento afetivo. Enquanto tem como uma de suas características peculiares a necessidade de se estabelecer um vínculo⁹, o ficar, a curtição ou a paquera são considerados relacionamentos superficiais, ou seja, sem envolvimento emocional e de curta duração¹⁰.

Nota-se também que enquanto nos “relacionamentos instantâneos” os jovens muitas vezes nem se interessam em saber aonde o outro mora, o namoro se diferencia pela continuidade da relação ou por uma perspectiva de futura e pela participação na rotina do outro, conhecida como “fazer tudo junto”.

Considerando-se o ficar como “a menor forma possível de relacionamento amoroso entre duas pessoas”¹¹, apresenta-se alguns princípios identificados nas poucas análises sobre o tema¹², tais como: falta de compromisso, a desobrigação de fidelidade, de consideração, os sentimentos passageiros ou externos, nas quais a relação sexual pode ou não estar presente, mas

⁸ As expressões em itálico são utilizadas por Lago (2002).

⁹ Concebido “como parte do processo de conhecimento e aprofundamento das relações entre o casal, em que se torna necessária a aproximação e incorporação do indivíduo ao núcleo familiar” (Amaral, 2000, p.18).

¹⁰ Por autores como Lago (2002), por exemplo

¹¹ Chaves (2000, p.33)

¹² Conferir Chaves, 2000 e Amaral, 2000

marcados pelo constante contato dos corpos.

A reflexão que se faz então é que “o ficar” introduz nos jovens uma mentalidade de infidelidade e de curta duração nas relações afetivas, lógica esta que pode ser transportada, mais tarde, para as relações conjugais. Pergunta-se se o fato de acostumar-se ao não estabelecimento prévio de regras, ao não comprometimento e superficialidade no convívio a dois constitui-se numa ameaça ao padrão monogâmico e duradouro das relações amorosas e, desta forma, à própria manutenção do casamento ou da conjugalidade.

A este respeito, Bauman (2004, p.29) afirma que:

“se a sociedade moderna se orienta por valores pautados no individualismo, os jovens caminham por estas trilhas, buscando nas relações erótico-afetivas a satisfação pessoal, tentando contemplar numa só relação, estas necessidades afetivas e sexuais. Nesta caminhada, tendem a experimentar, testar, examinar e avaliar as suas relações amorosas, com vistas a minimizar as possibilidades de insucesso, condição do próprio amor romântico, ou para além deste, ou seja se a ‘relação esfriou’, é hora de procurar outra”.

Crê-se também que uma fase como o namoro - que é, ao mesmo tempo, um marcador social - influi nos padrões de comportamento da sociedade moderna ou nas relações sociais conduzidas cotidianamente pelos indivíduos que a compõem. Assim também se dará na conjugalidade porque, nos tempos modernos, notadamente marcados pelas idéias e práticas baseadas no desejo de satisfazer as expectativas individuais, a escolha do par ganha relevância.

Observa-se ainda a marca da lógica da “troca” ou da equivalência nos relacionamentos anteriores à conjugalidade, o que pode ser visto na reflexão de Lago (2002):

“O que percebi é que fica expresso o anseio de um relacionamento igualitário, com direitos e obrigações em equivalência, e quando isto não acontece, o relacionamento se corrói chegando ao desfecho. Ao que parece, são mudanças no comportamento da mulher que em outros tempos não se colocavam.”

Além disto, nota-se que a motivação na busca e escolha do parceiro se dá muito mais pela tentativa de corresponder às expectativas, afinidades e gostos pessoais do que pelo desejo de satisfazer o outro. Parece haver uma idealização da afetividade e do amor próprio, um endeusamento do “eu” e não a vivência do sentimento de empatia, do amor doação ou direcionado à felicidade do cônjuge. Talvez isto esteja corroborando para a auto-suficiência que tem marcado as relações conjugais da contemporaneidade.

AS TENSÕES NA CONJUGALIDADE E NA FAMÍLIA

São muitos os motivos que causam tensões na conjugalidade e na família, tal como registra o seguinte trecho: “No seio da família, originam-se tensões, quer devido à pressão das condições demográficas, econômicas e sociais, quer pelas dificuldades que surgem entre as diferentes gerações, quer pelo novo tipo de relações entre homens e mulheres”¹³.

Tratando das tensões e conflitos entre individualidade e conjugalidade, observa-se a dificuldade de ser “um”, sendo “dois”¹⁴, ou seja, o casal tem duas individualidades e uma conjugalidade, também chamada de “identidade conjugal” ou “absoluto do casal”, sendo esta última criada por Caillé (1991, p.59).

Féres-Carneiro (1998, p.8) ressalta que o casal contemporâneo é confrontado, o tempo

¹³ Gaudium et Spes (1997)

¹⁴ Como notam autoras como Salém (1989) e Féres-Carneiro (1998)

todo, por duas forças paradoxais de forma que:

“valorizar os espaços individuais significa, muitas vezes, fragilizar os espaços conjugais, assim como fortalecer a conjugalidade demanda, quase sempre, ceder diante das individualidades”.

Também existem as tensões identitárias entre o “eu”, o “nós-casal” e o “nós-família” e segundo Kellerhals (1982, p.12), é admiti-las, por dificuldades e mesmo por causa dos conflitos introduzidos pela associação entre identidade e gênero.

Outro motivo gerador de tensões na construção do laço conjugal: a relação do casal entre si (fusão) e deles com grupos sociais específicos (discriminação). Neste último caso, assegurar a individualização é respeitar o “movimento do outro”, utilizando uma expressão de Salém (1989, p.14). Manter a unidade na diversidade constitui-se talvez em um dos maiores desafios contemporâneos para o casal.

Há ainda as tensões entre as diferentes lógicas: a tensão entre a lógica do grupo e a do indivíduo, a tensão entre a divisão hierárquica de gêneros e a divisão igualitária no âmbito da conjugalidade e a tensão entre a idéia de uma educação moral retificadora da criança e a da pedagogia da negociação¹⁵. Segundo Machado, a idéia das tensões é substituída pela passagem de uma lógica a outra. Ela defende que tais tensões podem estar organizando distintas formas de arranjos.

Uma outra tensão apontada na família, é a negação da necessidade da interdependência. Uma forma de lidar com esta situação, segundo Féres-Carneiro (1998, p.09) seria o casal sustentar o crescimento e o desenvolvimento de cada um e vivenciar os desejos e projetos conjugais construídos a partir de sua união. Assim sendo, a criação de uma zona comum de interação para a constituição de uma identidade conjugal torna-se necessária.

O aumento das expectativas com relação ao matrimônio, uma extrema idealização do outro e uma superexigência consigo mesmo, também podem provocar tensão e conflito na relação conjugal, podendo levar à separação. Simmel (1971) e Féres-Carneiro (1998) são dois dos autores que escrevem a este respeito.

CONCLUSÃO

A questão dos valores e o individualismo têm sido alvo de preocupação em eventos recentes voltados para as famílias, como foi o caso do V Encontro Mundial do Papa com as Famílias, ocorrido na semana passada, em Valencia/Espanha. Uma das conclusões do Congresso Teológico-Pastoral, ocorrido durante este evento, foi a seguinte:

“As razões da crise nas famílias encontram-se, sobretudo nos fatores culturais e ideológicos. A mentalidade corrente tende a eliminar os valores. A ação persistente de um laicismo de raiz niilista e relativista leva a um modo de viver individualista.”¹⁶

Como foi visto, as sucessivas transformações produzidas pela modernidade sobre os valores impactam diretamente a vida conjugal e familiar. Mergulhados nesta revolução de valores é que os homens e mulheres estão conduzindo, na modernidade, suas relações interpessoais. Assim sendo, grande é a importância dos estudos dos valores na estruturação e organização das mentalidades dos cônjuges, interferindo nos modos de organização da vida

¹⁵ Singly (2000)

¹⁶ Conclusões do Congresso Teológico Pastoral sobre a transmissão de fé na família: Encontro Mundial com as Famílias. Disponível em «<http://www.zenit.org>». Acesso em 11 jul. 2006

privada.

Crê-se que um entendimento da família e do cônjuge, no âmbito da dádiva, pode ser um caminho para atenuar as tensões instaladas. Isto significa a acolhida incondicional do outro em sua totalidade. Também podem contribuir para este processo a tentativa de superação da ética individualista e o esforço de sacrificar-se pelo outro. Deve-se atentar também para a dedicação à arte de se relacionar. Já dizia o poeta¹⁷ que a vida é a arte do encontro. Há muito se sabe que os bens relacionais são imprescindíveis ao desenvolvimento humano.

Possivelmente a habilidade em manter o equilíbrio na relação, conjugando a autonomia (individualidade) e a integração (comunhão), e a manutenção de um projeto de vida comum é que definirá o teor da convivência. Indubitavelmente, a ausência de pontos de referência e a experimentação sem limites geram situações problemáticas, comprometendo a qualidade das relações.

¹⁷ Vinícius de Moraes, em uma de suas canções.

REFERÊNCIAS

ABOIM, Sofia. As orientações normativas da conjugalidade. In WALL, Karin (coord). **Famílias no Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/ICS, 2004.

ADORNO, Sérgio. **Conflitualidade e violência**: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. Tempo Social. São Paulo, v.10, n.1, p.19-47, maio. 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, **Constituição Pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no mundo contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 1997.

CONCLUSÕES do Congresso Teológico Pastoral sobre a transmissão de fé na família: Encontro Mundial com as Famílias. Disponível em «<http://www.zenit.org>». Acesso em 11 jul. 2006.

DAUSTER, Tânia. **Código familiar**: uma versão sobre o significado da família em camadas médias urbanas. São Paulo: Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v.5, n7 1, p. 103-125, jan/jul 1988.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **Família e Casamento**. In: Encontro Nacional da ABEP. Vitória: ABEP, 1982. 31-49 p.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1998.

FERES-CARNEIRO, Terezinha. casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicol. Reflex. Crit.* Vol.11, n.2, p.379-394. Porto Alegre, 1998.

FIGUEIREDO, LC. Pessoas, sujeito, meros indivíduos. Desencontros e passagens no Brasil contemporâneo (p.17-98). In: Figueiredo LC. **Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos**. São Paulo: Escuta/EDUC, 1995

GIDDENS, Anthony, **A Transformação da Intimidade**. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas. São Paulo: Ed.Unesp, 2000.

_____. **Modernidade e identidade pessoal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **Sociologia**. São Paulo: Artes Méd, 2005.

GODBOUT, Jacques. **O espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GODELIER, Maurice. **O enigma da dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2000.

GOULDNER, Alvin. La crisis de la sociologia occidental. B. Aires: Amorrortu Editores, 1973.

KELLERHALS, Jean et al., **Mariages au quotidien**: inégalités sociales, tensions culturels et organisation familiale. Lausanne: Ed. Pierre Marcel Favre, 1982.

LAGO, Syane. Namoro para escolher com quem casar. 2002. 127 f. (Dissertação em Antropologia)

– Universidade Federal do Pará, Pará, 2002.

MACHADO, Lia Zanotta. **Famílias e individualismo**: tendências contemporâneas no Brasil. Revista Interface, vol. 4, nº8, p. 11-26, 2001

MACHADO, Nilson José. **Notas para uma antropologia da dádiva**. São Paulo: Mimeo, 2005.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2001.

PETRINI, João Carlos. **Mudanças Sociais e familiares na atualidade**: reflexões à luz da história social e da sociologia. In: Memorandum, nº 8. Revista Eletrônica da Faculdade de Psicologia da UFMG, 2005.

PETRINI; CAVALCANTI (orgs). **Família, sociedade e subjetividades**: uma perspectiva multidisciplinar. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

SALÉM, Tânia. Famílias em camadas médias: Uma revisão da literatura recente. Boletim do Museu Nacional, 1985

_____. **O casal igualitário**: princípios e impasses. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 9, vol. 3, fev. de 1989.

TORRES, Anália Cardoso. **Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos** - A relação entre vida conjugal e trabalho. Atas das sessões temáticas do IV Português de Sociologia, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1998 b).